

**AO JUÍZO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER DE XXXXXXXXX**

Processo nº: XXXXXXXXXX

FULANO DE TAL, qualificado nestes autos, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXX**, nos termos do artigo 403, § 3º, do Código de Processo Penal, apresentar

**ALEGAÇÕES
FINAIS**

em forma de memoriais, expondo e requerendo o que se segue:

I. SÍNTESE DO PROCESSO

Nos autos em epígrafe, o Ministério Público do XXXXXXXX denunciou **FULAN DE TAL**, imputando-lhe a prática das condutas descritas no **art. 129, §13º, e no artigo 147, ambos do Código Penal, na forma do art. 5º, inciso III, da Lei nº 11.340/2006.**

Consta na denúncia (ID XXXXXXXX), que no dia xx de novembro de 2021, entre XX e XX, na QR XX, Conjunto X, Lote XX, em XXXX, o denunciado, de forma consciente e voluntária, ofendeu a integridade física de **FULANA DE TA**, sua companheira, conforme laudo de exame de corpo de delito, bem como, ameaçou causar-lhe mal injusto e grave.

A denúncia foi recebida em 26 de janeiro de 2022 (ID xxxx).

O réu foi citado (ID xxxx) e apresentou resposta à acusação por intermédio da Defensoria Pública (ID xxxxx).

Não houve hipótese de absolvição sumária (ID xxxxxxxx).

Durante a instrução criminal, foram ouvidas a vítima e a testemunha fulana de tal. Ao final, o réu foi interrogado (ID xxxx).

Em alegações finais, o Ministério Público postulou a condenação do réu nos exatos termos da denúncia (IDs xxxx e xxxxxxxxx).

Os autos vieram para apresentação das alegações finais pela defesa. É a síntese do necessário.

II. DO MÉRITO - NECESSÁRIA ABSOLVIÇÃO - INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA CONDENAÇÃO

II.1 - ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO E PROVAS PRODUZIDAS EM JUÍZO

Os depoimentos da vítima e da testemunha em sede policial estão registrados nos IDs xxx.

Laudo de exame de corpo de delito em ID xxxxxx

Em suma, foram produzidas as seguintes provas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa:

A vítima fulana de tal, em juízo, declarou (IDs xxxxxxxxx):

Que mora junto com o fulano há três anos; que não tem filhos com ele, mas ele cria a filha dela; estava morando com ele em novembro de 2021; que não chegaram a se separar, apenas brigaram; que se afastaram

por conta da medida, **mas no outro dia já pediu a revogação e assim que a revogação saiu pediu para ele voltar para casa**; que quando saiu a revogação ele voltou para casa; que estavam em uma festa e na festa havia uma moça; que essa moça já teria tido um relacionamento com o xxx; que essa moça ficou provocando a declarante; que, por isso, a declarante começou a discutir com o xxx; que a briga começou na festa; (...) que foi junto com a sobrinha para casa; **que chegou uma viatura no local, mas a vítima declarou que não era preciso; que era apenas uma briga de casal e que já estava tudo resolvido**; que o xxxx ficou distante para que a declarasse se acalmasse; que nesse momento a declarante achou que ele teria voltado para festa e encontrar a moça; **que com muita raiva foi na delegacia; que nega que o acusado teria a agredido; que no momento da briga o xxx tentou apenas segurá-la para que ela parasse de brigar; que também a empurrou; que ‘esses socos, pauladas e chutes’ foi na hora da confusão e que estavam todos brigando; que o xxx apenas falou que “não era moleque, que era um homem e que jamais iria fazer uma coisa dessas”**; que a sobrinha da declarante, por ser menor de idade e por estar com medo pois nunca tinha presenciado algo assim declarou esses fatos na delegacia; que não declarou na Delegacia que o xxxx a teria ameaçado; que no momento da declaração sua sobrinha entrou primeiro e já tinha narrado os fatos; que logo depois entrou; que o Delegado perguntou e por estar bêbada confirmou tudo; que estava alcoolizada no momento que prestou as declarações; que foi na Delegacia assim que saiu da festa; (...) que estava com medo e com raiva e, por isso, confirmou; que assinou o documento na Delegacia de livre e espontânea vontade; **que estava com muita raiva e assinou; que as marcas no braço ocorreram porque o xxxx estava segurando-a com muita força para poder parar; que as**

marcas na pernas foram na hora da briga em que foi ao chão com a moça da confusão; que o xxxxx a segurou com muita força pelos braços para separá-la da briga com a moça; que algumas pessoas seguraram a moça também; que não contou a história toda porque estava com muita raiva; (...) que não se recorda de

ter falado sobre ameaças em Delegacia; que reafirma que prestou as declarações na Delegacia com raiva; **que o xxx não a agrediu com pauladas, nem chutes; que ele apenas entrou no meio da confusão para tentar separar e segurar;** (...) que o xxx chegou em casa e tentou conversar com a declarante; **que nesse momento a declarante empurrou o xx; que a declarante pegou o cabo do rodo e foi para cima do xxxx; que, então, o xxx pegou o cabo do rodo jogou longe;** que foi nesse momento que o cabo do rodo acertou a cabeça da sobrinha da declarante; que após isso ele foi dar uma volta para se acalmar e nesse momento a declarante foi à Delegacia; que os machucados na perna ocorreram na hora da confusão; que reitera que não falou sobre ameaça na Delegacia; que primeiro o Delegado falou com sua sobrinha e depois comigo; que depois foi na casa da sua sobrinha e perguntou o que ela havia dito na Delegacia; que foi ouvida somente após a sua sobrinha.

Por sua vez, a informante fulana de tal, em juízo, afirmou (IDs xxx):

Que é sobrinha da xxxx que estava presente no dia dos fatos; que estavam em uma festa da família do xxxxxx; **que todos estavam bebendo e “meio alterados”;** que eles brigaram por conta de um cigarro; que o LEONARDO foi acender um cigarro e a xxxxx tomou da sua mão; que a declarante e sua tia foram embora da festa; que no meio do caminho xxx desceu do carro para voltar a pé; que, por isso, a declarante desceu também do veículo e foi junto com xxxx para casa; que quando chegou em casa *“ele começou a agredir ela, **ela foi em cima dele e ele foi em cima dela,** ele pegou um garrafa de vidro e tacou assim no rumo para acertar nela e eu entrei na frente, eu tirei ele de cima dela porque eu vi que estava machucando e eu tive que entrar no meio; foi na hora das pauladas; uma acertou na minha cabeça e a*

gente foi para o IML"; que houve ameaças também; que a paulada só acertou na cabeça da declarante porque ela foi separar;

Ao ser questionada sobre o teor das ameaças a declarante respondeu o seguinte: “se eu não me engano ele falou que ia matar ela, não foi, Juliana?”;

Nesse momento foi advertida de que não poderia ser ajudada em seu depoimento. Na sequência declarou que a tia, irmã da vítima, apareceu naquele momento e que sua tia é quem lembrava da ameaça; (...) Pergunta do Ministério Público: “Aqui consta que ele teria dito que ia dar um tiro nela, que iria matar ela com um tiro, aconteceu isso?” Informante: “Foi. Isso mesmo. Foi isso.”;

Que as marcas no corpo da vítima foram resultantes das pauladas e pelo acusado ter segurado ela; que foi a vítima quem iniciou as agressões físicas; que a vítima que foi em cima do acusado; (...) que quando chegaram na casa a xxxA foi em cima do xxx e ele ‘pegou ela’; (...) que a festa acabou umas 2 ou 3 horas da manhã; que quando chegaram em casa eram 4 horas da manhã; que parece que o xxxxx já tinha ficado com uma das mulheres que estava na festa; que quando voltaram para casa estava tomando um Redbull, momento no qual a xxx tomou de sua mão e ‘tacou’ na cara do xxxx; (...) que o xxxx ameaçou a xxxxxxxx mandando mensagens para ela; que o “cara da Delegacia” viu; que ocorreu uma ameaça por mensagem; que o “homem” viu; que nas mensagens ele falava que ela era louca; que ele tentava ‘inverter’ a história; que não chegou a ler as mensagens; que a vítima que contou que houve ameaça no momento da confusão; que não escutou; que escutou só uma vez ele falando do tiro; que ouviu na hora da confusão; que saiu para chamar os vizinhos na rua e escutou a ameaça; que voltou correndo quando ouviu; que não lembra direito o que ele falou; que ele falou algo a ver com um tiro; que correu para dentro; (...) que xxx pegou um cabo de rodo e acertou no xxx; que ele terminou de quebrar o rodo nela; (...) que

foram ouvidas na Delegacia juntas, uma ao lado da outra.

Em seguida, o réu fulano de tal, quando ouvido em Juízo, esclareceu (IDs xxxxxxxxxxxxx):

Que a festa ocorreu na casa da sua irmã; que já moram juntos há três anos; que na festa havia uma ex-namorada do interrogado; **que a xxxxx ficou revoltada com essa mulher**; que ele supõe que a LETÍCIA achou que ele estava tendo algum caso com a ex; **que todos estavam bebendo; que ela simplesmente surtou; que as duas começaram a brigar; que ele correu para tentar separar; que foi um alvoroço muito grande;** (...) que, por conta da confusão, foi embora; **que chegaram em casa e continuaram brigando; que os vizinhos ligaram para polícia; que a polícia chegou, conversou, perguntou se estava ocorrendo alguma coisa e se ela gostaria eles o conduzissem à Delegacia; que a xxx disse ao Policial que não precisava e que aquilo era briga de casal; que xxxx pegou um cabo de rodo e começou a bater nele; que tomou o cabo dela; que a sobrinha dela entrou no meio;** que, então, disse que iria embora; que nesse momento xxxxxxx: *'se você for embora, você vai ver'*; que o ocasionou isso foi bebedeira e ciúmes; que quando chegaram em casa os vizinhos ouviram o barulho e chamaram a polícia; que a polícia foi lá questionou a x se ela gostaria que conduzisse o declarante à Delegacia; que x falou que se ele fosse embora de casa iria ver; que arrumou suas malas para ir embora; que nesse momento xxx disse *'se você for embora você vai para casa daquela mulher'*; que supõe que a xx achou que ele iria para a casa da mulher; (...) **que em momento algum bateu na x; que somente se defendeu; que ficou segurando ela e empurrando; que ela que o agrediu; que no outro dia a x pediu para que ele voltasse para casa; que ficou separado dela apenas aguardando a revogação da medida protetiva;** que ela não se recordava exatamente como ocorreram os fatos; que ela tinha bebido muito; **que não ameaçou a x; que os machucados apresentados ocorreram porque ele a segurou;** (...) **que xpegou o rodo e deu nele; que ficaram marcas do rodo**

nele.

Após encerrada a instrução processual, observa-se que a pretensão punitiva estatal não merece prosperar, uma vez que não há provas suficientes para a condenação.

II.2- DO SUPOSTO DELITO DE LESÃO CORPORAL - EXISTÊNCIA LEGÍTIMA DEFESA

Como se vê, as informações carreadas aos autos não permitem extrair, com segurança, em que circunstâncias os fatos aconteceram e se o acusado, efetivamente ofendeu a integridade física da vítima. Muito pelo contrário, a Defesa entende que restou comprovado que o acusado agiu em legítima defesa e nos limites da excludente de ilicitude.

Isso porque, conforme narrado pela própria vítima em juízo, no contexto da festa em que estavam ocorreu uma briga com uma ex-namorada do acusado. Durante a briga as duas, ao que tudo indica, cometeram lesões recíprocas. Além do acusado, foi narrado que outras pessoas também tentaram apartar a briga.

O depoimento da vítima está em total consonância com as declarações do acusado em interrogatório, **o qual também afirmou que não agrediu sua companheira, tendo apenas a segurado e empurrado com o intento de se defender.**

Nessa perspectiva, insta lembrar que o Laudo de Exame de Corpo de Delito juntado aos autos (ID xxxx) faz prova tão somente da materialidade delitiva. Há prova, portanto, somente de que a vítima compareceu lesionada ao exame médico.

Resta saber, porém, em que circunstâncias os fatos aconteceram, se o réu é o autor das lesões e, em caso positivo, se agiu, como afirmou, em legítima defesa.

Fato é que se mostra completamente plausível a versão do réu de que, na realidade, segurou a vítima, razão pela qual ficou com hematomas no braço. As lesões indicadas no laudo pericial são de constrição e impedimento para movimentar o braço, não agressão

deliberada.

Por sua vez, as lesões encontradas na perna da vítima podem ter ocorrido de alguma queda ou até mesmo na briga que ela empreendeu com a moça que estava na festa.

Indubitavelmente, as lesões verificadas no Laudo de Exame de Corpo de Delito são compatíveis com as declarações prestadas pelo acusado e pela vítima em juízo.

Note-se que até mesmo a informante declarou por diversas vezes em seu depoimento que **foi xxxx quem começou as agressões**.

Quanto ao cabo de rodo, os três depoimentos em juízo foram consentâneos ao afirmar que foi xxxxx quem quebrou, inicialmente, o rodo nas costas do acusado.

Dessa feita, verifica-se que não foram produzidas provas seguras e suficientes para condenação do acusado relativamente ao delito de lesão corporal. Tanto a vítima quanto o acusado declararam que não houve agressão intencional, mas tão somente defesa por parte do ora réu. Por sua vez a informante, apesar de ter declarado que o réu também agrediu a vítima, confirmou a versão de que a própria vítima quem iniciou as agressões.

Há, portanto, fundadas dúvidas acerca da dinâmica dos fatos. Apesar de existir laudo constatando lesões corporais é necessário recordar que a vítima esteve em uma briga corporal com terceira pessoa momentos antes dos fatos narrados.

Registra-se que, nesse caso, ficou mais do que provado que a vítima quem iniciou as agressões. Ademais, não é o caso de excesso na legítima defesa, porquanto, como dito, as lesões apresentadas nos laudos são compatíveis com as narrativas delineadas.

Ainda que este Juízo não entenda que a legítima defesa restou

efetivamente comprovada, fato é que há fundadas dúvidas sobre sua existência. A dúvida, como se sabe, milita em favor do acusado.

Ante o exposto, a Defesa requer a absolvição com fulcro no art. 386, incisos VI e VII, do Código de Processo Penal.

II.3 - DO SUPOSTO DELITO DE AMEAÇA - INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA CONDENAÇÃO

Quanto ao suposto crime de ameaça, tem-se, tão somente, o se segue.

Na fase da investigação, a vítima declarou o seguinte: “(...) Ao chegar em casa, o autor a esperava no portão, momento em que ele começou a xingar a declarante de vagabunda e piranha e *disse que iria matá-la com um tiro na cara*, então começaram as agressões ()” – ID xxx.

Por sua vez, fulana de tal quando ouvida perante a Autoridade Policial **nada declarou sobre as ameaças**, conforme se verifica do ID xxxxxxxx.

Em juízo a vítima e o acusado negaram de forma veemente a existência de ameaças. A vítima, inclusive, relatou que estava com muita raiva do acusado e que por isso prestou essas declarações. Afirmou, também, que ainda estava sob efeito de álcool quando foi prestar depoimento na Delegacia. Ressalta-se que a informante xxxxx confirmou que a vítima ainda estava “*brisadinha*” quando prestou o seu depoimento.

A única prova produzida em contraditório judicial acerca da ameaça foi o depoimento da informante xxxxx, o qual, no que se refere a esse delito, foi prestado nos seguintes termos – IDs xxxxxxxxxxxx):

Ao ser questionada sobre o teor das ameaças pelo Ministério Público a declarante respondeu o seguinte: “se eu não me engano ele falou que ia matar ela, não foi,

Juliana?";

Nesse momento foi advertida de que não poderia ser ajudada em seu depoimento. Na sequência, declarou que a tia, irmã da vítima, apareceu naquele momento e que sua tia é quem lembrava da ameaça; ()

Pergunta do Ministério Público: “Aqui consta que ele teria dito que ia dar um tiro nela, que iria matar ela com um tiro, aconteceu isso?” Informante: “Foi. Isso mesmo. Foi isso.”;

-Quando questionada pela Defesa, respondeu o seguinte:

Que o xxxxx ameaçou a xxxxx mandando mensagens para ela; que o “cara da Delegacia” viu; que ocorreu uma ameaça por mensagem; que o “homem” viu; que nas mensagens ele falava que ela era louca; que ele tentava ‘inverter’ a história; que não chegou a ler as mensagens; que a vítima que contou que houve ameaça no momento da confusão; que não escutou; que escutou só uma vez ele falando do tiro; que ouviu na hora da confusão; que saiu para chamar os vizinhos na rua e escutou a ameaça; que voltou correndo quando ouviu; que não lembra direito o que ele falou; que ele falou algo a ver com um tiro; que correu para dentro;

Como se nota, a informante prestou declarações **totalmente contraditórias** com seu depoimento e com o depoimento da vítima em Delegacia. Isso porque **não há notícia de ameaças por mensagens de texto**. Ademais, **quando ouvida perante a Autoridade Policial, a informante não narrou as ameaças**. Ora, se ela, de fato, ouviu o réu dizer que iria dar um tiro na cara da vítima, por que não narrou ao Delegado de Polícia? A sua versão em Juízo de que não teria dito pois estava com medo não faz o menor sentido, porquanto a informante já estava perante a Autoridade Policial narrando as supostas lesões corporais.

Ressalta-se que quando questionada inicialmente pelo Ministério

Público sobre as ameaças, a informante XXX não se recordava desse fato. Tanto é que, no momento do seu depoimento judicial, perguntou a sua tia - XXX- se o acusado teria dito que iria matar a XXXX. Somente após ter sido advertida e quando o Ministério Público narrou o inteiro teor das ameaças que constavam na denúncia foi que a informante confirmou que elas ocorreram. Em seguida, ao ser questionada pela

Defesa, a informante se mostrou confusa, uma vez que iniciou falando sobre ameaças em mensagem de texto. Em seguida, negou ter ouvido a ameaça no local dos fatos. Mas, logo na sequência, disse que ouviu **do lado de fora da casa algo sobre um “tiro”**. **Versão totalmente inovadora e não consentânea com os elementos de informação colhidos na investigação e as provas produzidas.**

Sabe-se que a condenação criminal, em atenção ao princípio da não culpabilidade ou do estado de inocência, pressupõe a existência de um conjunto de provas incontestes acerca da materialidade e autoria delitivas, o que, definitivamente, não se logrou coligir nos presentes autos.

Um único depoimento com pouca segurança e contraditório de uma informante não se presta para embasar uma condenação. A absolvição é, portanto, medida que se impõe, com fulcro no art. 386, inciso VII, do CPP.

Apenas como tese subsidiária e caso este Juízo entenda que o réu proferiu as ameaças narradas na denúncia, também não é o caso de condenação. Isso porque, como se sabe, para ser considerado fato típico a ameaça proferida deve ser apta a causar efetivo temor na vítima. Temor este que, claramente, não foi sentido pela Sr. X

Observa-se que tanto o acusado quanto a XXX confirmaram que uma viatura da polícia chegou ao local dos fatos e foi dispensada imediatamente pela vítima. Se a vítima tivesse se sentido amedrontada, por que diria para os policiais retornarem?

Como se não bastasse, os relatos comprovam que no dia seguinte aos fatos a vítima buscou imediatamente se reconciliar com o acusado, tendo solicitado, inclusive, a revogação das medidas protetivas.

Dessa feita, ainda que este Juízo entenda que as palavras descritas na denúncia foram proferidas, o que não se espera, crime não houve, porquanto as ameaças não foram aptas a causar qualquer temor na vítima.

Nesse sentido, a defesa pugna pela absolvição do acusado quanto ao delito de ameaça, com fundamento no princípio do *in dubio pro reo*, ante a insuficiência de provas, bem como diante da atipicidade da conduta, por ausência de potencialidade lesiva da ameaça, nos termos do artigo 386, III e VII, do Código de Processo Penal.

III.4 - SUBSIDIARIAMENTE: DA DOSIMETRIA DA PENA

Subsidiariamente, em caso de condenação, a Defesa requer: a) a fixação das penas no mínimo legal, considerando que o réu não é reincidente e não possui maus antecedentes; b) na segunda fase, a aplicação, para ambos os delitos, da atenuante do art. 65, III, c) – parte final, do Código Penal, tendo em vista foi a vítima quem iniciou as agressões contra o acusado; c) a não fixação do valor mínimo de indenização tendo em vista o manifesto desinteresse da vítima.

IV. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, a Defesa requer:

- a) Quanto ao delito de lesão corporal, a absolvição fundamentada no art. 386, incisos VI e VII, do CPP;
- b) Quanto ao delito de ameaça, a absolvição do acusado, nos termos do art. 386, incisos III e VII, do CPP;
- c) Subsidiariamente, em caso de condenação, a fixação das penas no mínimo legal, a aplicação da atenuante do art. 65, III, c), do CP e a não fixação de valor mínimo de indenização.

Fulana de tal
Defensora Pública

